

Desempenho Fiscal do Governo em 2025

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

- Conforme informações divulgadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, as contas do Governo Central apresentaram déficit de R\$ 61,691 bilhões em 2025, representando 0,48% do Produto Interno Bruto (PIB). Quando se consideram as deduções da meta fiscal, como precatórios e ressarcimento de descontos indevidos do INSS, o déficit cai para R\$ 13 bilhões, o equivalente a 0,1% do PIB. A retirada dessas exceções permitiu que o Governo cumprisse a meta estabelecida nas regras do arcabouço fiscal, a qual estabelecia um intervalo de tolerância de até 0,25% do PIB, o que equivale a um déficit de, no máximo, R\$ 31 bilhões.
- Pelo lado das receitas, o crescimento observado foi influenciado pelo comportamento positivo das Receitas Administradas pela Receita Federal, com destaque para as rubricas do Imposto de Renda, Cofins e IOF, e pelo crescimento real da Arrecadação Líquida para o RGPS, por conta da evolução favorável do mercado de trabalho e pela reoneração da contribuição patronal dos municípios e da folha de pagamentos. As Receitas Não Administradas, por sua vez, contribuíram negativamente, devido aos decréscimos observados nos Dividendos e Participações, oriundos, principalmente, do BNDES e Petrobras, juntamente com a queda das receitas provenientes das Concessões e Permissões. (Tabela 02).
- Quanto aos gastos acumulados no ano de 2025, sobressaíram-se com as maiores repercussões nas despesas governamentais os Benefícios Previdenciários e Pessoal, bem como os gastos Discricionários do Poder Executivo e o Fundeb-Complementação da União (Tabela 03). Em sentido contrário, ocorreram reduções nas rubricas de Créditos Extraordinários, de Financiamento de Campanha Eleitoral, que havia ocorrido em 2024, e nas despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo, cuja redução combinou redução do Bolsa Família com aumento de pagamentos na função Saúde. Vale ressaltar que em 2025, os órgãos do Governo Central demonstraram uma maior capacidade de gastarem os recursos autorizados em comparação com anos anteriores, uma vez que os recursos “empoçados” totalizaram R\$ 8 bilhões, bem abaixo da média histórica de R\$ 17 bilhões.
- Com relação aos dados do setor público consolidado, que envolvem o Governo Central, Estados, Municípios e as estatais, divulgados no Relatório de Estatísticas Fiscais do Banco Central, observa-se que as contas públicas fecharam 2025 com um déficit de R\$ 55 bilhões, o equivalente a 0,43% do PIB, aumentando 15,67% em relação ao déficit do ano anterior. Esse desempenho negativo foi influenciado principalmente pelo Governo Central, que acumulou déficit primário de R\$ 58,7 bilhões (0,46% do PIB) no ano, enquanto estados e municípios registraram desempenho positivo, com superávit agregado de R\$ 9,5 bilhões (0,07% do PIB) em 2025. Por outro lado, as empresas estatais fecharam 2025 com um déficit de R\$ 5,9 bilhões, destacando-se os Correios com o resultado mais dramático, com um rombo acumulado até setembro de 2025 de R\$ 6 bilhões.
- A dívida bruta do governo geral (DBGG), que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais, atingiu 79% do PIB, R\$ 10,0 trilhões em novembro de 2025, elevando-se 0,6 p.p. do PIB no mês. Essa elevação decorreu, sobretudo, dos juros nominais apropriados, das emissões líquidas de dívida e da variação do PIB nominal.

Comentário: Os resultados relativos às contas públicas do Governo Central mostram uma piora no resultado primário, que passou de um déficit de R\$ 42,9 bilhões, ou 0,36% do PIB, em 2024, para R\$ 61,69%, 0,48% do PIB, em 2025. Esse aumento no saldo fiscal do Tesouro em 2025 foi motivado pela combinação de maior crescimento dos gastos públicos (expansão de 3,4%, ou 18,8% do PIB) com um crescimento da receita líquida de 2,8% acima da inflação, alcançando 18,3% do PIB. A dívida bruta do setor público consolidado, que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais, atingiu R\$ 10 trilhões em novembro de 2025, correspondendo a 79% do PIB brasileiro.

Tabela 1 - Resultado do Tesouro Nacional - Janeiro-Dezembro de 2025 (Milhões correntes)

Discriminação	Janeiro-Dezembro		Variação (2025/2024)		Dezembro		Variação (2025/2024)	
	2024	2025	% Nominal	% Real (IPCA)	2024	2025	% Nominal	% Real (IPCA)
1. RECEITA TOTAL	2.679.442	2.902.275	8,3%	3,2%	291.963	312.023	6,9%	2,5%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	517.654	569.716	10,1%	4,8%	55.781	61.893	11,0%	6,4%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	2.161.788	2.332.558	7,9%	2,8%	236.182	250.131	5,9%	1,6%
4. DESPESA TOTAL	2.204.711	2.394.250	8,6%	3,4%	212.076	228.023	7,5%	3,1%
5. RESULTADO PRIMÁRIO GOV. CENTRAL (3 - 4)	-42.924	-61.691	43,7%	32,3%	24.106	22.107	-8,3%	-12,0%
Tesouro Nacional	255.684	256.337	0,3%	-4,0%	13.754	10.946	-20,4%	-23,7%
Banco Central	-1.218	-870	-28,6%	-32,2%	-58	45	-	-
Previdência Social (RGPS)	-297.389	-317.158	6,6%	1,4%	10.410	11.116	6,8%	2,4%
6. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-0,36%	-0,48%	-	-	2,41%	2,04%	-	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN (2026). Elaboração: BNB/Etene.

Tabela 2 - RECEITAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL - Resultado do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior. Dezembro -2024/2025 - Valores a preços de dezembro/25 - IPCA – R\$ milhões

Discriminação	Dezembro		Variação	
	2024	2025	Diferença	% Real (IPCA)
RECEITA TOTAL	304.413,30	312.023,30	7.609,90	2,50%
Receita Administrada pela RFB	160.959,80	174.713,60	13.753,80	8,50%
Imposto de Importação	8.005,00	7.629,10	-375,9	-4,70%
IPI	7.539,40	8.224,70	685,3	9,10%
Imposto sobre a Renda	82.535,90	88.679,20	6.143,30	7,40%
IOF	6.919,80	8.804,60	1.884,80	27,20%
COFINS	32.398,80	36.409,70	4.010,90	12,40%
PIS/PASEP	9.259,00	9.197,40	-61,6	-0,70%
CSLL	10.155,20	10.831,50	676,3	6,70%
CIDE Combustíveis	284,4	325,1	40,7	14,30%
Outras Receitas Administradas pela RFB	3.862,40	4.612,30	749,9	19,40%
Incentivos Fiscais	0	-1,4	-1,4	-
Arrecadação Líquida para o RGPS	86.897,80	92.045,30	5.147,40	5,90%
Receitas Não Administradas pela RFB	56.555,70	45.265,80	-11.289,80	-20,00%
Concessões e Permissões	7.800,20	1.482,10	-6.318,20	-81,00%
Dividendos e Participações	24.324,10	10.452,40	-13.871,70	-57,00%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.653,30	2.764,30	1.111,00	67,20%
Exploração de Recursos Naturais	8.322,30	16.152,10	7.829,80	94,10%
Receitas Próprias e de Convênios	2.465,90	2.384,30	-81,6	-3,30%
Contribuição do Salário Educação	4.985,40	5.145,70	160,2	3,20%
Demais Receitas	6.981,20	6.769,80	-211,4	-3,00%
TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	58.159,90	61.892,50	3.732,70	6,40%
RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	246.253,50	250.130,70	3.877,30	1,60%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN (2026). Elaboração: BNB/Etene.

Tabela 3 - DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL - Resultado do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior. Dezembro -2024/2025 - Valores a preços de dezembro/25 - IPCA – R\$ milhões

Discriminação	Dezembro		Variação	
	2024	2025	Diferença	% Real (IPCA)
DESPESA TOTAL	221.119,30	228.023,40	6.904,10	3,10%
Benefícios Previdenciários	76.043,50	80.928,80	4.885,40	6,40%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	1.904,30	2.101,20	196,9	10,30%
Pessoal e Encargos Sociais	42.431,10	46.352,10	3.921,00	9,20%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	294,8	248	-46,8	-15,90%
Outras Despesas Obrigatórias	36.440,50	31.223,80	-5.216,70	-14,30%
Abono e Seguro Desemprego	4.698,20	4.738,30	40,1	0,90%
Apoio Financeiro a Estados e Municípios	5,8	909,3	903,5	-
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	10.000,30	10.518,30	518	5,20%
Créditos Extraordinários	9.647,10	636,8	-9.010,40	-93,40%
Fundeb - Complementação da União	4.212,90	4.859,10	646,2	15,30%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	3.193,10	2.961,80	-231,2	-7,20%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	346,3	332,1	-14,2	-4,10%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	329,4	1.065,70	736,3	223,60%
Subsídios, Subvenções e Proagro	2.687,80	4.066,50	1.378,70	51,30%
Impacto Primário do FIES	147,1	204,8	57,8	39,30%
Demais	1.172,50	931,1	-241,5	-20,60%
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin.	66.204,30	69.518,60	3.314,30	5,00%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	35.419,30	34.338,50	-1.080,70	-3,10%
Discricionárias	30.785,00	35.180,10	4.395,10	14,30%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 4 – Necessidades de financiamento do setor público (Fluxos acumulados no ano) - Janeiro-Dezembro/2025 - R\$ milhões correntes

Discriminação	Janeiro-Dezembro				Fluxos Mensais		
	2024	% do PIB	2025	% do PIB	Outubro	Novembro	Dezembro
Nominal	997 976	8,47	1 062 574	8,34	81 522	101 637	115 502
Governo Central(1)	900 571	7,65	950 567	7,47	67 785	92 990	86 280
Governos estaduais	53 864	0,46	95 090	0,75	11 470	5 387	29 096
Governos municipais	30 716	0,26	6 137	0,05	1 661	- 47	4 026
Empresas estatais(2)	12 825	0,11	10 780	0,08	606	3 307	-3 901
Juros nominais	950 423	8,07	1007 553	7,91	113 914	87 217	121 753
Governo Central(1)	855 206	7,26	891 880	7,00	103 965	76 113	107 852
Governos estaduais	82 371	0,70	100 543	0,79	8 518	9 804	12 353
Governos municipais	8 094	0,07	10 221	0,08	974	882	986
Empresas estatais(2)	4 752	0,04	4 909	0,04	457	418	562
Primário	47 553	0,40	55 021	0,43	-32 392	14 420	-6 251
Governo Central	45 364	0,39	58 687	0,46	-36 180	16 877	-21 572
Governos estaduais	-28 507	-0,24	-5 453	-0,04	2 952	-4 417	16 743
Governos municipais	22 623	0,19	-4 084	-0,03	686	- 929	3 041
Empresas estatais(2)	8 073	0,07	5 871	0,05	149	2 890	-4 463
PIB acumulado no ano*	11 779 251	-	12 733 576	-	-	-	-

Fonte: BACEN

(1) Inclui INSS.

(2) Exclui as empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras.

*Dados preliminares.

(+) déficit (-) superávit

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente de Ambiente: Allisson David de Oliveira Martins. Gerente Executivo: Marcos Falcão Gonçalves. Equipe Técnica: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão, Laura Lúcia Ramos Freire, Liliane Cordeiro Barroso, Wellington Santos Damasceno. Bolsistas de Nível Superior: Guilherme Miranda Soares e Samuel Alexandre Apolinário Xavier.

Aviso Legal: O BNB/Etene não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte